

DA “ZONA DESCONHECIDA” AO TERRITÓRIO NACIONAL: Produção do espaço e a narrativa visual na Comissão Rondon

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

FRANÇA, Hyris Batista

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Instituto Federal de Rondônia - Campus Vilhena
hyris.f@estudante.ifro.edu.br

BARCO, Fernanda Clemente Del

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Instituto Federal de Rondônia - Campus Vilhena
fernanda.clemente@estudante.ifro.edu.br

CERQUEIRA, Louise Maria Martins

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Instituto Federal de Rondônia - Campus Vilhena
louise.cerqueira@ifro.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A implantação das linhas telegráficas que ligaram Cuiabá a Santo Antônio do Madeira nas primeiras décadas do século XX pode ser compreendida como um marco no processo de reorganização territorial, especialmente na região amazônica. A partir dessa infraestrutura, observam-se novas configurações espaciais, que passaram a influenciar a formação de núcleos de ocupação e a definição de fluxos no território. Nesse sentido, tais ações extrapolam a dimensão técnica da comunicação, configurando-se como instrumentos de produção do espaço, na medida em que articulam estratégias de ocupação, controle e incorporação de áreas até então pouco integradas à lógica estatal.

Tal empreitada foi executada pela Comissão Rondon, liderada pelo militar Cândido Mariano Rondon, vencendo diversos grandes desafios operacionais, os quais passaram a ser narrados como feitos heroicos pela historiografia oficial. Os custos desses feitos e suas bases ideológicas, porém, têm sido postas em xeque mais recentemente, mas ainda carecem de pesquisas e reflexões.

A comissão era composta, em sua maioria, por “praças”, militares de baixa patente que integravam a maior parte da expedição e eram encarregados do serviço mais pesado. Também gozava de meios financeiros para a contratação de colaboradores locais, chamados de “praticantes regionais” - civis habitantes das localidades, incluindo indígenas (CASER; SÁ, 2011) - os quais eram contratados para serviços temporários que iam do transporte fluvial à abertura de caminhos na mata, agentes locais que foram, portanto, fundamentais na instalação das linhas telegráficas. Por esse motivo, especula-se que apesar dos padrões construtivos serem ditados pela comissão, a cultura e os costumes desses grupos sociais regionais tenham influenciado nos modos de conceber e habitar os postos telegráficos e demais instalações.

Entretanto, mesmo com a relevância histórica dessas grandes estruturas, percebe-se uma carência considerável de produções acadêmicas sobre a comissão na área de Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, a maior produção acadêmica sobre o tema vem de outras áreas do conhecimento, como antropologia e história, sendo escassas reflexões sobre várias dimensões das espacialidades, o que gerou questionamentos sobre a urgência da produção científica nessa área e sobre a complexidade deste estudo. Soma-se ao fato de existirem poucos remanescentes arquitetônicos preservados como testemunho histórico em Rondônia, comprometendo assim uma dimensão tangível que é de suma importância para a memória local, pois o poder de ressonância evocado pelas materialidades da cultura - como discutido por Gonçalves (2003) - encontra-se fragilizado no âmbito das experiências do cotidiano.

Diante desse contexto, compreender as espacialidades produzidas pela Comissão Rondon requer ultrapassar uma leitura rigorosamente técnica ou descritiva da sua atuação, exigindo uma abordagem que considere a profundidade das relações que se estabeleceram no território amazônico. As linhas telegráficas, nesse sentido, mais que infraestrutura de comunicação, são ferramentas de consolidação política e de manifestação de um projeto de integração nacional, especialmente em regiões que são consideradas, historicamente, como periféricas ou “vazias”. Mais que a dimensão de patrimônio edificado atribuída aos poucos postos telegráficos ainda existentes em Rondônia, os legados de dinâmicas da comissão se manifestam de modo intangível e revelam estruturas sociais complexas que parecem ecoar ainda hoje.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em andamento é de natureza básica, elaborada com abordagem qualitativa e exploratória, realizada através da análise documental disponível e busca iconográfica acerca da Comissão Rondon, sendo parcialmente contemplada por visita a campo ao remanescente do posto telegráfico de Vilhena, uma vez que a próxima visita, ao posto de Ji-Paraná, está programada para

os próximos meses. Foram consultadas diversas fontes como relatórios primários da comissão, artigos, dissertações, livros e registros fotográficos (disponibilizados pelo Museu do Índio/Funai).

Foram realizadas leituras e fichamentos de documentos basilares para a pesquisa, seguindo modelos próprios dos autores, contendo textos que poderiam servir como referência para escrita e anotações relevantes sobre os mesmos, por meio da ferramenta Google Docs. Além da organização dos arquivos documentais através do Google Drive, separadas em pastas e organizadas por assunto. Os materiais utilizados foram os notebooks pessoais dos pesquisadores, seus celulares (para registros fotográficos), e ferramentas gratuitas de edição de texto como o Google Docs, o Notion e o Canva.

Diante das pesquisas, parte-se da consciência de que os registros produzidos no contexto das expedições da Comissão Rondon, como narrativas, relatórios e fotografias, não constituem apenas documentos informativos, mas são também construções civilizatórias no sentido do pensar, construções essas que afetam o desenvolvimento e influenciam a evolução e a dinâmica das cidades. Portanto, a metodologia adotada visa articular o levantamento dessas fontes que expressam modos específicos de observar, registrar e compreender o espaço, a fim de gerar reflexões sobre memória, narrativa histórica e produção do território.

Dado o fato do projeto de pesquisa estar em desenvolvimento, pretende-se nas etapas futuras abranger a caracterização das produções espaciais e a criação de esquemas visuais interpretativos, assim como dar continuidade às leituras e análises pertinentes.

3 RESULTADOS

1.1 Dimensões políticas do território

Durante o Segundo Reinado, sob a administração de Dom Pedro II, o Império brasileiro promoveu o financiamento de expedições científicas ao interior do território, inseridas em um projeto mais amplo de consolidação da “unidade” nacional. Tal diretriz ganhou centralidade sobretudo no contexto após à Guerra do Paraguai (1864–1870), quando as limitações estruturais de comunicação entre a Corte e regiões como o Centro-Sul e o Norte se tornaram evidentes (Maciel, 1998; Diacon, 2006 apud Sá; Sá; Lima, 2008). Nesse cenário, a implantação de infraestruturas estratégicas, como ferrovias e redes telegráficas, configurou-se como instrumento fundamental para a integração territorial e para o fortalecimento do controle administrativo sobre áreas até então pouco articuladas.

Como suporte a esse processo, o Estado imperial passou a fomentar a constituição de comissões científicas de exploração. Tais iniciativas, compostas majoritariamente por naturalistas vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e ao Museu Nacional (MN), tinham como finalidade não apenas o levantamento sistemático das condições naturais do território, mas

PENSAR FORA DO EIXO

também a produção de conhecimento científico nacional, em um contexto até então marcado pela predominância de pesquisadores estrangeiros (Sá; Sá; Lima, 2008). Além disso, esses estudos visavam subsidiar estratégias de ocupação territorial, especialmente voltadas à expansão das atividades agrícolas.

Com a Proclamação da República, a noção de “integração nacional” foi reafirmada e ressignificada como diretriz estruturante das políticas territoriais, dando continuidade aos esforços iniciados no período imperial. Regiões como Mato Grosso, Goiás e Amazonas, caracterizadas por extensas áreas pouco ocupadas e baixa conectividade, tornaram-se alvo de intervenções voltadas à sua articulação ao restante do país. Destacam-se, nesse processo, as comissões responsáveis pela implantação de linhas telegráficas, como as que ligaram Goiás a Mato Grosso (1891–1898) e Cuiabá a Corumbá (1900–1906), organizadas a partir da atuação conjunta dos ministérios da Guerra e da Viação. A atuação de Rondon assume especial relevância nesse cenário, resultando na criação da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) (1907–1915), cuja dimensão ia além de implantar uma infraestrutura de comunicação, incorporando o reconhecimento de fronteiras e a sistematização de dados científicos sobre o território (Sá; Sá; Lima, 2008).

Com isso, iniciou-se a Comissão Rondon, nome pelo qual é popularmente conhecida, responsável pela instalação de pouco mais de 2000 km de linhas telegráficas e pela inauguração de cerca de 25 estações (Ferreira, 2007) na região Norte do território brasileiro. Ao investigar esse processo de expansão da comunicação territorial do Estado, que é comumente associado à integração nacional e ao avanço técnico, revelam-se camadas que vão além dessa ideia consolidada e implantada por diferentes narrativas.

A expansão dessa infraestrutura no interior do país esteve associada à necessidade de ocupação, organização e incorporação desses territórios ao projeto de nação. No entanto, essa lógica expansionista desconsiderou as dinâmicas já existentes no território, invisibilizando a presença e a complexidade das populações originárias e tradicionais (Maciel, 1997).

Nesse cenário, a atuação da Comissão Rondon passa a ser revisitada por perspectivas críticas que tensionam a narrativa tradicional, que era constantemente centrada na figura heroica de Rondon e na ideia do progresso civilizatório, como em Maciel (1997) e Ferreira (2007). Quando deslocamos o foco para as estruturas de poder e para os diferentes agentes envolvidos nesse contexto de expansão do território brasileiro, evidencia-se que a produção dessas espacialidades foi influenciada por conflitos, negociações, adaptações e resistências. Assim, o espaço deixa de ser compreendido como mero suporte físico e passa a ser entendido como um campo de disputas

simbólicas e materiais, onde ações institucionais se articulam com o cotidiano dos diferentes grupos sociais. Desse modo, militares, trabalhadores locais e populações originárias não apenas ocuparam esses espaços, mas também transformaram, dando sentido, uso e valores distintos daqueles que foram inicialmente previstos.

1.2 Dimensões simbólicas e práticas do espaço

Através da intervenção da Comissão Rondon, nota-se a imposição de uma forma de pensamento de cidade e civilização idealizada, em alguns momentos ignorando as múltiplas facetas de representação e apropriação dessas cidades, com relação a isso Ferreira (2007) aponta:

O discurso de Rondon apregoava uma obra civilizadora, porque no sertão descrito por ele, havia uma ausência de tudo que a seu ver indicava civilização. O sertão era caracterizado como um lugar carente de pessoas cultas e que principalmente detivessem alguma formação técnico-científica para ali atuarem e transformarem esses espaços, impondo, também, aos seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho (FERREIRA, 2007, p.38).

Nesse sentido, a atuação da Comissão Rondon pode ser compreendida também como um processo de construção de um olhar sobre o território, no qual “ver”, “delimitar” e “nomear” tornam-se práticas fundamentais de apropriação espacial. Ao mesmo tempo em que buscava reduzir o que era denominado como “zona desconhecida” - entendida não como um espaço vazio, mas como territórios ainda não incorporados às lógicas de controle e representação do Estado -, a Comissão produzia representações que transformavam esses espaços em áreas passíveis de controle e intervenção estatal. Dessa forma, mais do que uma ocupação física, tratava-se de um processo de incorporação simbólica desses territórios à lógica nacional, mediado por práticas de registro, classificação e descrição (Lasmar, 2002).

Portanto, um dos instrumentos de incorporação simbólica era a produção científica elaborada através das expedições da comissão. Nesse sentido, além de naturalistas responsáveis pela catalogação de fauna e flora, a presença de fotógrafos profissionais passou a ser demandada em razão da necessidade de registro dessas paisagens do “sertão vazio”, dos povos indígenas “pacificados” ao longo do trajeto e mesmo da própria comissão. A parceria com o Museu Nacional, com a presença de naturalistas, etnógrafos e fotógrafos, contribuía para a promoção de legitimidade científica aos trabalhos da comissão (SANTOS, 2011), de modo a construir o conhecimento sobre o território outrora lido como indômito para demonstrar que os reais esforços de unificação federal estavam sendo, de fato, exitosos.

As fotografias, ainda compreendidas pelo público como imagens técnicas que atestam uma realidade, teriam papel determinante nessa narrativa de integração nacional. Nesse sentido, como aponta Kossoy (2002), fotografias não se resumem em si mesmas, elas são o início para tentarmos

PENSAR FORA DO EIXO

desvendar o passado, nos mostrando apenas um fragmento selecionado das pessoas, coisas ou fatos. Elas são o resultado de processo construtivo planejado pelo fotógrafo, abordando aspectos técnicos, estéticos e culturais visando sua finalidade ou função. Ainda segundo Kossoy (2002), ao longo dos anos a fotografia foi utilizada para propagar ideologias e ideais em todo o mundo desde o século XIX com imagens que mostram o material mas em sua maioria omitem o social. Argumenta também que no Brasil não foi diferente, o governo brasileiro utilizava as imagens para fins propagandísticos com a finalidade da “construção do nacional”, disseminando fotografias temáticas sobre o progresso material, mostrando as construções das estradas de ferro, as instalações das redes elétricas, as obras de engenharia civil, remodelações portuárias, feitos militares, exaltando a natureza etc.

Nesse contexto, o acervo imagético produzido pela Comissão Rondon não pode ser compreendido apenas como um registro documental neutro, mas como parte de uma construção narrativa intencional. Como evidenciado nos próprios registros da comissão, havia uma preocupação sistemática em documentar suas atividades, produzindo fotografias e filmes que registrassem tanto o território quanto as populações locais. Esses registros estavam comprometidos com um discurso específico, associado à ideia de progresso e civilização tipicamente positivistas. Os nambikwaras, povos cujos territórios já sofriam anteriormente a pressão dos seringueiros, reagiam aos avanços da comissão com emboscadas. Embora houvesse recuos por parte da comissão para evitar embates sangrentos e seguir com os planos de conciliação, o próprio avanço da comissão já significou um agravamento na desestruturação dos seus territórios, como explicitado a seguir:

A penetração da comissão também deixou marcas ao estabelecerem a prática das queimadas no território Nambikwára. Os incêndios tinham dupla função: limpariam os campos proporcionando a formação de novas pastagens capazes de alimentar o gado nas próximas incursões e também acabar com lugares que ocultassem os Nambikwára em emboscadas.

A Comissão avançou todo o tempo segundo seus relatos de “forma pacífica”, porém, fizeram com que os índios recuassem, abandonando suas roças, aldeias e muitas vezes seu território tribal.

Percebe-se, no entanto, ao se ter acesso a toda produção escrita e oral da Comissão um interesse em não divulgar a relação de confronto estabelecida nos primeiros contatos com vários grupos indígenas. (LASMAR, 2002, p. 38-39)

Dessa forma, ao divulgar fotografias dos temidos e belicosos povos nambikwaras, estas seriam consideradas testemunhos do movimento de “pacificação” indígena, deixando “fora do quadro” as muitas tensões ainda existentes no território. As imagens atuavam como instrumentos de mediação entre a região Norte e o restante do país, contribuindo para tornar visível e inteligível um território até então considerado distante e desconhecido. Ao selecionar o que deveria ser

registrado, enquadrado e divulgado, a Comissão não apenas documentava, mas também produzia uma determinada leitura do espaço, reforçando narrativas que legitimavam sua atuação (LASMAR, 2002, p. 68). Dando continuidade a esse raciocínio o aspecto mimético das produções cinematográficas da Comissão Rondon, exibidas em sessões no Museu Nacional, participam da construção de uma narrativa de que a porção geográfica e populacional da “Serra do Norte” eram “culturalmente atrasados”, povos esses que se tornaram participantes involuntários de um projeto que visava civilizá-los e integrá-los ao corpo produtivo da nação (DANTAS, 2025, p. 10; p. 18).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises realizadas acerca das dimensões políticas, materiais e simbólicas do território, a pesquisa evidencia que a atuação da Comissão Rondon ultrapassa a dimensão técnica da implantação das linhas telegráficas, configurando-se como um processo de produção do espaço no território amazônico.

A expansão dessa infraestrutura insere-se em um projeto político de ocupação e incorporação territorial, no qual atuou como dispositivo de produção do espaço. Esse processo, marcado por tensões e pela invisibilização de populações originárias, apresenta o território como uma construção social atravessada por relações de poder e disputas simbólicas. Nesse contexto, a utilização do acervo imagético da comissão operou como um instrumento de mediação e legitimação, contribuindo para a consolidação de narrativas que estavam associadas ao progresso e a integração nacional, implantadas pelo governo.

Por fim, presta-se agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo apoio financeiro concedido em prol da realização desta pesquisa, por meio de bolsa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), agraciado pelo edital EDITAL Nº 3/2025/REIT - PROPESP/IFRO, DE 10 DE JUNHO DE 2025, processo 179511/2025-4.

REFERÊNCIAS

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GzxsStMgMMQTTTLzbWFnRwn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DANTAS, Geyzon Bezerra. Ciência e espetáculo: registros e práticas cinematográficas sobre povos indígenas brasileiros nos anos 1910 . **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, p. 174–195, 2025. DOI: 10.22456/1984-1191.145861. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/145861>. Acesso em 30 mar. 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. **Os trabalhadores da Comissão Rondon: violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo (1907-1915)**. Orientadora: Regina Beatriz Guimarães Neto. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-22945.pdf>. Acesso em 12 out. 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 25-33p.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LASMAR, Denise Portugal. **Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação**. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Ministério de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.academia.edu/14783725/O_Acervo_Imag%C3%A9tico_da_Comis%C3%A3o_Rondon_no_Museu_do_%C3%8Dndio_1890_1938_Denise_Portugal_Lasmar. Acesso em 03 jul. 2025.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"**. Laura Antunes Maciel. São Paulo: [s.n.], 1997. 235 p. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-USP. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/webindex/WIPagina/mi_bibliografico/224600. Acesso em 05 jul. 2025.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ; Fapesp. 1998.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. **Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/XBVfm3GBSBF3Lxts4bvRZRB/>. Acesso em 05 jul. 2025.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. **No coração do Brasil: a expedição de Edgar Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020. Disponível em: https://www.museunacional.ufri.br/see/docs/publicacoes/no_coracao_do_brasil.pdf. Acesso em 05 abr 2026.